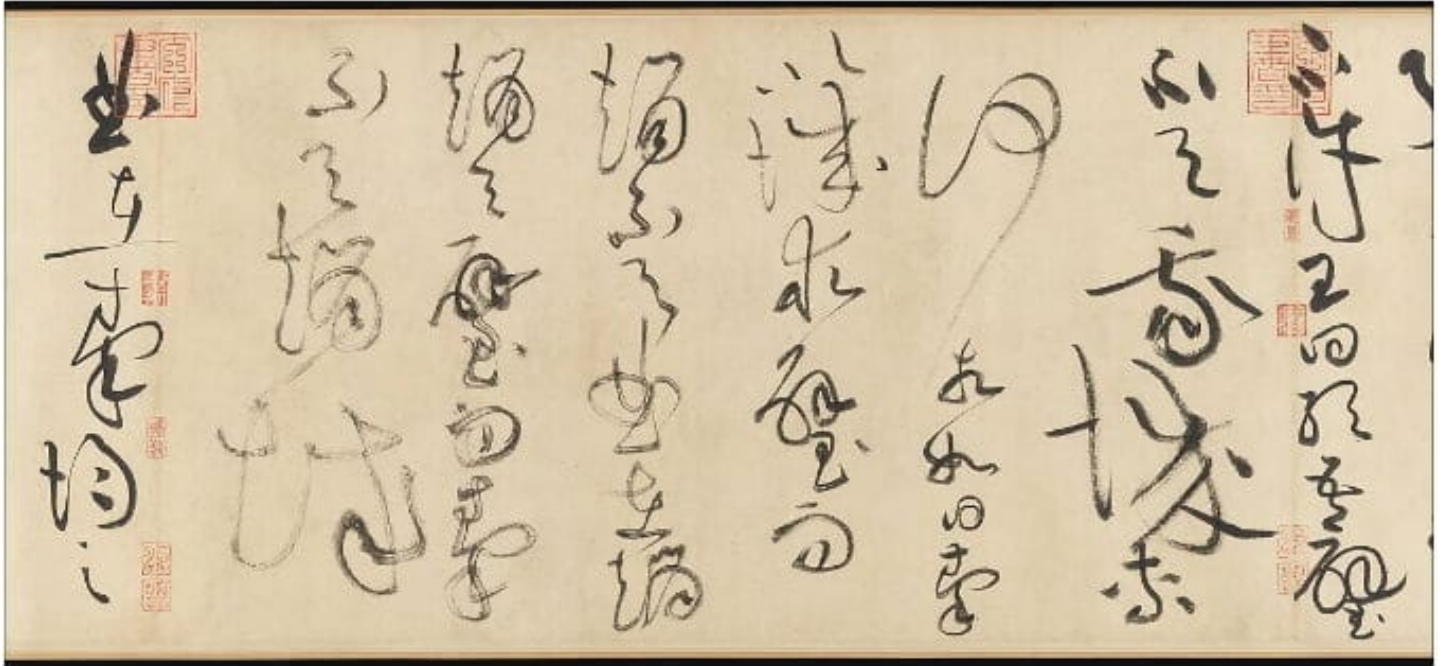


O gigante chinês



Calígrafo_Huang Tingjian (chinês, 1045-1105), ca. 1095.

Por **CLAUDIO KATZ***

Tão distante do imperialismo como do Sul global.

O caráter imperialista dos Estados Unidos é um dado indiscutível da geopolítica contemporânea. A extensão desse qualificativo à China suscita, por outro lado, debates apaixonados.

Nossa abordagem ressalta a assimetria entre os dois adversários, o perfil agressivo de Washington e a reação defensiva de Pequim. Enquanto a primeira potência procura restaurar seu domínio mundial em declínio, o gigante asiático tenta sustentar um crescimento capitalista sem confrontações externas. Enfrenta também sérios limites históricos, políticos e culturais para intervir com atos de força em escala global. Por estas razões, não faz parte atualmente do clube dos impérios (Katz, 2021).

Esta caracterização contrasta com as abordagens que descrevem a China como uma potência imperial, depredadora ou colonizadora. Define também o grau de eventual proximidade desse estatuto e que condições deveria preencher para situar-se nesse plano.

Nosso ponto de vista também mostra que a China deixou para trás sua antiga condição de país subdesenvolvido e agora faz parte do núcleo das economias centrais. A partir deste novo lugar, capta grandes fluxos internacionais de valor e comanda uma expansão que lucra

com os recursos naturais fornecidos pela periferia. Por conta dessa localização na divisão internacional do trabalho, não faz parte do Sul Global.

Nossa visão compartilha as diferentes objeções que foram levantadas quanto à identificação da China como um novo imperialismo. Mas questiona a apresentação do país como um ator meramente interessado na cooperação, na mundialização inclusiva ou na superação do subdesenvolvimento de seus parceiros.

Uma revisão de todos os argumentos em debate ajuda a clarificar o complexo enigma contemporâneo do estatuto internacional da China.

Comparações inadequadas

As teses que postulam o total alinhamento imperial da China atribuem esse posicionamento ao giro pós-maoísta iniciado por Deng na década de 1980. Avaliam que esta guinada consolidou um modelo de capitalismo expansivo, que reúne todas as características do imperialismo. Vêem na subjugação econômica imposta ao continente africano uma confirmação desta conduta. Também denunciam que nessa região a antiga opressão europeia se repete com hipócritas dissimulações retóricas (Turner, 2014: 65-71).

Mas esta caracterização não leva em conta as diferenças significativas entre as duas situações. A China não envia tropas para países africanos – como a França – para convalidar seus negócios. Sua única base militar, numa encruzilhada comercial chave (Djibuti), contrasta com o enxame de instalações que os Estados Unidos e a Europa criaram.

O gigante asiático evita envolver-se nos processos políticos explosivos do continente negro e sua participação nas “operações de paz da ONU” não define um estatuto imperial. Inúmeros países claramente alheios a essa categoria (como o Uruguai) contribuem com tropas para as missões da ONU.

A comparação da China com a trajetória seguida pela Alemanha e pelo Japão durante a primeira metade do século XX (Turner, 2014: 96-100) é igualmente discutível. Não se trata de um curso corroborado pelos fatos. A nova potência oriental tem evitado transitar até agora pelo caminho belicista desses antecessores. Atingiu um impressionante protagonismo econômica internacional, aproveitando as vantagens competitivas que encontrou na globalização. Não compartilha a compulsão pela conquista territorial que acometia o capitalismo alemão ou japonês.

No século XXI, a China desenvolveu formas de produção mundializadas que não existiam no século anterior. Essa novidade deu-lhe uma margem inédita para expandir sua economia, com pautas de cautela geopolítica, inconcebíveis no passado.

As analogias errôneas estendem-se também ao que aconteceu com a União Soviética. Avalia-se que a China repete a mesma implementação do capitalismo e a consequente substituição do internacionalismo pelo “social-imperialismo”. Esta modalidade é apresentada como uma antecipação das políticas imperialistas convencionais (Turner, 2014:46-47).

Mas a China não seguiu a pauta da URSS. Introduziu limites à restauração econômica capitalista e manteve o regime político que colapsou no vizinho. Como um analista assinala corretamente, toda a administração de Xi Jinping tem sido guiada pela obsessão de evitar a desintegração sofrida pela União Soviética (El Lince, 2020). As diferenças estendem-se, na atualidade, ao setor militar externo. A nova potência asiática não empreendeu qualquer ação semelhante à desenvolvida por Moscou na Síria, Ucrânia ou Geórgia.

Critérios errôneos

A China também é colocada no bloco imperial, a partir de avaliações inspiradas num texto conhecido do marxismo clássico (Lenin, 2006). Afirma-se que a nova potência reúne as características econômicas apontadas por esse livro. A gravitação dos capitais exportados, a magnitude dos monopólios e a incidência dos grupos financeiros confirmariam o estatuto imperialista do país (Turner, 2014: 1-4, 25-31, 48-64).

Mas estas características econômicas não fornecem parâmetros suficientes para definir o lugar internacional da China no século XXI. Certamente, o peso crescente dos monopólios, bancos ou capitais exportados aumenta as rivalidades e tensões entre as potências. Mas estes conflitos comerciais ou financeiros não explicam as confrontações imperiais, nem definem o estatuto específico de cada país na dominação mundial.

Suíça, Holanda ou Bélgica ocupam um lugar importante no ranking internacional da produção, troca e crédito, mas não desempenham um papel protagonista no âmbito imperial. Por sua vez, a França ou a Inglaterra desempenham um papel importante neste último domínio, que não deriva estritamente de sua primazia econômica. A Alemanha e o Japão são gigantes da economia com intervenções vedadas fora desse âmbito.

O caso da China é muito mais singular. A preeminência dos monopólios em seu território apenas confirma a habitual incidência desses conglomerados em qualquer país. O mesmo acontece com a influência do capital financeiro, que gravita menos do que em outras economias de grande porte. Ao contrário de seus concorrentes, o gigante asiático conquistou posições na globalização prescindindo da financeirização neoliberal. Além disso, não mantém qualquer semelhança com o modelo bancário alemão do início do século XX que Lenin estudou.

É verdade que a exportação de capitais – apontada pelo líder comunista como um dado marcante de seu tempo – é uma característica significativa da China de hoje. Mas essa

influência apenas ratifica a conexão significativa do gigante oriental com o capitalismo global.

Nenhuma das analogias com o sistema econômico imperante no século passado ajuda a definir o estatuto internacional da China. No máximo facilitam a compreensão das mudanças observadas no funcionamento do capitalismo. O que aconteceu na geopolítica global pode ser esclarecido com outros tipos de reflexões.

O imperialismo é uma política de dominação exercida pelos poderosos do planeta através de seus estados. Não constitui uma etapa permanente ou final do capitalismo. O escrito de Lênin esclarece o que aconteceu há 100 anos, mas não o curso dos acontecimentos recentes. Foi elaborado num cenário muito distante de guerras mundiais generalizadas.

O apego dogmático a esse livro induz à procura de semelhanças forçadas do atual conflito entre os Estados Unidos e a China com as conflagrações da Primeira Guerra Mundial (Turner, 2014: 7-11). A principal disputa contemporânea é vista como uma mera repetição das rivalidades inter-imperiais do entreguerras.

Essa mesma comparação está sendo utilizada atualmente para denunciar a militarização chinesa do Mar do Sul. Avalia-se que Xi Jinping persegue os mesmos propósitos que a Alemanha mascarava para apoderar-se da Europa Central, ou que o Japão disfarçava para conquistar o Pacífico Sul. Mas omite-se que a expansão econômica da China tem sido consumada, até agora, sem disparar um único tiro fora de suas fronteiras.

Também se esquece que Lênin não pretendia elaborar um guia classificatório do imperialismo, baseado na maturidade capitalista de cada potência. Apenas sublinhava a catastrófica dimensão belicosa de sua época, sem especificar as condições que cada participante desse conflito tinha que reunir para ser inserido no universo imperial. Ele colocava, por exemplo, uma potência economicamente atrasada como a Rússia dentro desse grupo devido ao seu ativo protagonismo nos derramamentos de sangue militares.

A análise de Lênin sobre o imperialismo clássico é um acervo teórico de grande relevância, mas o papel geopolítico da China no século XXI é clarificado com um conjunto diferente de ferramentas.

Um estatuto apenas potencial

As noções marxistas básicas de capitalismo, socialismo, imperialismo ou anti-imperialismo não são suficientes para caracterizar a política externa da China. Estes conceitos fornecem apenas um ponto de partida. Noções adicionais são necessárias para dar conta do rumo do país. A simples dedução de um estatuto imperial da conversão do gigante oriental na “segunda economia do mundo” (Turner, 2014: 23-24), não permite elucidar os enigmas em jogo.

Mais acertada é a busca de conceitos que registrem a coexistência de uma enorme expansão econômica da China com uma grande distância da primazia estadunidense. A fórmula do “império em formação” tenta retratar esse lugar de gestação, ainda distante do predomínio americano.

Mas o conteúdo concreto desta categoria é controverso. Alguns pensadores atribuem-lhe um alcance mais avançado do que embrionário. Entendem que a nova potência se encaminha de forma acelerada para a adoção de um comportamento imperial corrente. Ressaltam a mudança introduzida com a base militar do Djibuti, a construção de ilhas artificiais no Mar do Sul e a reconversão ofensiva das forças armadas.

Esta visão postula que após várias décadas de acumulação capitalista intensa, a fase imperial já começa a amadurecer (Rousset, 2018). Tal avaliação aproxima-se do contraste típico entre um pólo imperial dominante (Estados Unidos) e um pólo imperial em ascensão (China) (Turner, 2014: 44-46).

Mas persistem diferenças qualitativas muito significativas entre as duas potências. O que distingue o gigante oriental de seu par norte-americano não é a porcentagem de amadurecimento do mesmo modelo. Antes de embarcar nas aventuras imperiais de seu rival, a China deveria completar sua própria restauração capitalista.

O termo “império em formação” poderia ser válido para indicar o caráter embrionário dessa gestação. Mas o conceito só assumiria um significado diferente de maturidade crescente se a China abandonasse sua atual estratégia de defesa. Essa tendência está presente no setor capitalista neoliberal com investimentos no exterior e ambições expansivas. Mas a predominância dessa fração exigiria a submissão do segmento oposto, que privilegia o desenvolvimento interno e preserva a atual modalidade do regime político.

A China é um império em formação apenas em termos potenciais. Administra o segundo produto bruto do planeta, é o primeiro fabricante de bens industriais e recebe o maior volume de fundos do mundo. Mas esta gravitação econômica não tem equivalente na esfera geopolítico-militar que define o estatuto imperial.

Tendências não resolvidas

Outra avaliação considera que a China reúne todas as características de uma potência capitalista, mas com um contorno imperial atrasado e não hegemônico. Descreve o crescimento espetacular de sua economia, apontando os limites que enfrenta para alcançar uma posição vencedora no mercado mundial. Também detalha as restrições que enfrenta no setor tecnológico em comparação com os concorrentes ocidentais.

A partir desta situação ambígua, deduz a vigência de um “estado capitalista dependente com características imperialistas”. A nova potência combinaria as restrições de sua

autonomia (dependência), com projetos ambiciosos de expansão externa (imperialismo) (Chingo, 2021).

Mas o registo correto de um lugar intermediário inclui, neste caso, um erro conceitual. Dependência e imperialismo são duas noções antagônicas que não podem ser integradas numa fórmula comum. Não se referem – como centro–periferia – às dinâmicas econômicas de transferência de valor ou a hierarquias na divisão internacional do trabalho. Por essa razão excluem o tipo de misturas que a semiperiferia incorpora.

A dependência supõe a vigência de um Estado submetido a ordens, exigências ou condicionamentos externos, e o imperialismo implica o oposto: supremacia internacional e um elevado grau de intervencionismo externo. Não deveriam ser mesclados numa mesma fórmula. Na China, a ausência de subordinação a outra potência convive com uma grande cautela na ingerência em outros países. Não se verifica a dependência, nem o imperialismo.

A caracterização da China como uma potência que completou sua maturação capitalista – sem poder saltar para o degrau seguinte do desenvolvimento imperial – pressupõe que o primeiro curso não fornece apoio suficiente para consumir avanços em direção à dominação mundial. Mas este raciocínio apresenta como dois estágios do mesmo processo um conjunto de ações econômicas e geopolítico–militares com signo diferente. Esta importante diferenciação é omitida.

Um olhar semelhante sobre a China como um modelo capitalista concluído – navegando no patamar inferior do imperialismo – é exposto por outro autor com dois conceitos auxiliares: capitalismo burocrático e dinâmica sub–imperial (Au Loong Yu, 2018).

O primeiro termo indica a fusão da classe dominante com a elite governante e o segundo retrata uma política limitada de expansão internacional. Mas uma vez que se supõe que o país atua como uma superpotência (em competição e colaboração com o gigante estadunidense), a passagem à plenitude imperial é vista apenas como uma questão de tempo.

Esta avaliação sublinha que a China completou sua transformação capitalista, sem explicar a que se devem os atrasos na sua conversão imperial. Todas as limitações expostas neste segundo terreno poderiam também ser apontadas no primeiro.

Para evitar esses dilemas, é mais fácil constatar que as continuadas insuficiências da restauração capitalista explicam as restrições ao emblema imperial. Como a classe dominante não se ocupa dos meandros do Estado, deve aceitar a estratégia internacional cautelosa promovida pelo Partido Comunista.

Ao contrário dos Estados Unidos, Inglaterra ou França, os grandes capitalistas da China não estão acostumados a exigir a intervenção político–militar de seu estado face à

adversidade de um negócio. Não têm tradição de invasões ou golpes de estado em países que nacionalizam empresas ou suspendem o pagamento da dívida. Ninguém sabe quão rápido o estado chinês adotará (ou não) estes hábitos imperialistas e não é correto considerar como consumada essa tendência.

Depredadores e colonizadores?

A apresentação da China como uma potência imperial é frequentemente exemplificada pelas descrições de sua impressionante presença na América Latina. Em alguns casos, postula-se que atua no Novo Mundo com a mesma lógica depredatória implementada pela Grã-Bretanha no século XIX (Ramírez, 2020). Em outras visões, são emitidos alertas contra as bases militares que estaria construindo na Argentina e na Venezuela (Bustos, 2020).

Mas nenhuma destas caracterizações estabelece uma comparação sólida com a ingerência avassaladora das embaixadas estadunidenses. Este tipo de intervenção ilustra o que significa o comportamento imperial na região. A China está a quilômetros de distância de tal intromissão. Lucrar com a venda de bens manufaturados e com a compra de matérias-primas não é o mesmo que enviar *marines*, treinar militares e financiar golpes de estado.

Mais sensata (e discutível) é a apresentação do gigante oriental como um “novo colonizador” da América Latina. Neste caso, estima-se que o *hegemón* ascendente tende a negociar um *Consenso de Commodities* com seus parceiros na área, semelhante ao que foi criado anteriormente pelos Estados Unidos. Esse entrelaçamento com Pequim complementaria o que foi costurado por Washington e garantiria a inserção internacional da região como fornecedora de insumos e compradora de produtos elaborados (Svampa, 2013).

Esta abordagem retrata acertadamente como a atual relação da América Latina com a China aprofunda a primarização da região ou sua especialização nos elementos básicos da atividade industrial. Pequim perfila-se como o principal parceiro comercial do continente e usufrui dos benefícios desta nova posição.

A América Latina, por outro lado, tem sido seriamente afetada pelas transferências de valor em favor da poderosa economia asiática. Não ocupa o lugar privilegiado que a China atribui à África, nem é uma área de realocização fabril como o Sudeste Asiático. O Novo Continente é cortejado pela dimensão de seus recursos naturais. O esquema atual de abastecimento de petróleo, mineração e agricultura é muito favorável a Pequim.

Mas esta exploração econômica não é sinônimo de dominação imperial ou de incursão colonial. Este último conceito aplica-se, por exemplo, a Israel, que ocupa territórios alheios, desloca a população local e confisca a riqueza palestina.

A migração chinesa não cumpre um papel semelhante. Está dispersa por todos os cantos do planeta, com uma especialização significativa no comércio varejista. Seu desenvolvimento não é controlado por Pequim, nem obedece a projetos subjacentes de conquista global. Um segmento da população chinesa simplesmente migra, em estrita correspondência com os deslocamentos contemporâneas da força de trabalho.

A China consolidou um comércio desigual com a América Latina, mas sem consumir a geopolítica imperial que continua sendo representada pela presença dos *marines*, da DEA, do Plano Colômbia e da IV Frota. A mesma função cumpre o *lawfare* ou os golpes de estado.

Aqueles que desconhecem esta diferença costumam denunciar por igual a China e os Estados Unidos como potências agressoras. Colocam os dois adversários no mesmo plano e enfatizam sua prescindência neste conflito.

Mas este neutralismo omite quem é o principal responsável pelas tensões que abalam o planeta. Ignora que os Estados Unidos enviam navios de guerra para a costa de seu rival e eleva o tom das acusações para gerar um clima de conflitos crescentes.

As consequências desse posicionamento são particularmente graves para a América Latina, que tem uma história tempestuosa de intervenções estadunidenses. Ao equiparar essa trajetória com um comportamento equivalente da China no futuro, confunde realidades com eventualidades. Além disso, desconhece-se o papel de um potencial contrapeso à dominação estadunidense que a potência asiática poderia desempenhar numa dinâmica de emancipação latino-americana.

Por outro lado, os discursos que colocam a China e os Estados Unidos no mesmo plano são permeáveis à ideologia anticomunista da direita. Tais diatribes refletem a combinação de medo e incompreensão, que domina todas as análises convencionais do gigante oriental.

Os porta-vozes latino-americanos dessa narrativa costumam incluir saraivadas simultâneas contra o “totalitarismo” chinês e o “populismo” regional. Com a velha linguagem da Guerra Fria, alertam para o papel perigoso de Cuba ou da Venezuela, como peões de uma próxima captura asiática de todo o hemisfério. A sinofobia encoraja todo tipo de disparates.

Distante do Sul global

As abordagens que acertadamente rejeitam a tipificação da China como potência imperialista incluem muitos matizes e diferenças. Um amplo espectro de analistas – que se opõem com razão à classificação do colosso oriental no bloco dos dominadores – costuma deduzir desse registro a localização do país no Sul Global.

Essa visão confunde a geopolítica defensiva no conflito com os Estados Unidos com o pertencimento ao segmento das nações economicamente atrasadas e politicamente submetidas. A China tem até agora ignorado as ações implementadas pelas potências imperialistas, mas esse comportamento não a coloca na periferia, nem no universo das nações dependentes.

O gigante asiático inclusive diferenciou-se do novo grupo de países “emergentes” para atuar como um novo centro da economia global. Basta notar que exportava menos de 1% de todos os produtos manufaturados em 1990 e agora produz 24,4% do valor agregado da indústria (Mercatante, 2020). A China absorve mais-valia através de empresas localizadas no exterior e lucra com o fornecimento de matérias-primas.

Neste marco, a ascensão do país ao pódio das economias avançadas está consumada. Aqueles que continuam identificando o país com o conglomerado do Terceiro Mundo desconhecem essa monumental transformação.

Alguns autores mantêm a velha imagem da China como uma área de investimento para as empresas multinacionais, que exploram a numerosa força de trabalho oriental para transferir na sequência seus lucros para os Estados Unidos ou Europa (King, 2014).

Essa drenagem esteve efetivamente presente na decolagem da nova potência e persiste em certos segmentos da atividade produtiva. Mas a China alcançou seu impressionante crescimento nas últimas décadas retendo a maior parte desse excedente.

Atualmente, a massa de fundos capturados através do comércio e do investimento estrangeiro é muito maior do que os fluxos inversos. Basta observar o montante do superávit comercial ou os créditos financeiros para medir este resultado. A China deixou para trás as principais características de uma economia subdesenvolvida.

Os estudiosos que postulam a continuidade dessa condição tendem a relativizar o desenvolvimento das últimas décadas. Costumam destacar características de atraso que passaram a segundo plano. Os desequilíbrios que a China enfrenta resultam de sobre-investimentos e dos processos de superprodução ou de superacumulação. Deve lidar com as contradições de uma economia desenvolvida.

O gigante oriental não sofre dos típicos sufocos que atormentam os países dependentes. Está livre do desequilíbrio comercial, da deficiência tecnológica, da escassez de investimentos ou da asfixia do poder de compra. Nada na realidade chinesa sugere que seu impressionante poder econômico seja uma mera ficção estatística.

A nova potência conquistou posições na estrutura econômica mundial. Não é correto colocá-la num patamar semelhante às antigas periferias agrícolas, subordinadas às indústrias metropolitanas (King, 2014). Essa inserção corresponde atualmente ao enorme

conjunto de nações africanas, latino-americanas ou asiáticas que fornecem os insumos básicos para a maquinaria fabril de Pequim.

A China é periodicamente classificada ao lado dos Estados Unidos no pódio de um G2, que define a agenda estabelecida pelo G7 das grandes potências. Esta avaliação é incompatível com a localização do país no Sul Global. Nesse âmbito retraído, não poderia travar a batalha contra seu rival norte-americano pela liderança da revolução digital. Nem poderia ter desempenhado o papel protagonista que exibiu durante a pandemia.

Após um desenvolvimento acelerado, a China foi colocada na posição de economia credora, em conflito potencial com seus clientes do Sul. Os sinais dessas tensões são numerosos. O medo da titularidade chinesa dos ativos que garantem seus empréstimos gerou resistências (ou cancelamentos de projetos) no Vietnã, Malásia, Mianmar ou Tanzânia (Hart-Landsbergs, 2018).

A controvérsia sobre o porto Hambantota no Sri Lanka ilustra este dilema típico de um grande credor. O não pagamento de uma dívida elevada resultou, em 2017, no arrendamento por 99 anos destas instalações. Com base nessa experiência, a Malásia revisou seus acordos e questionou os acordos que situam as melhores atividades laborais no território chinês. O Vietnã levantou uma objeção semelhante diante da criação de uma zona econômica especial, e os investimentos que envolvem o Paquistão reavivam disputas de todo o tipo.

A China começa a lidar com um estatuto contrário a qualquer pertencimento ao Sul Global. No final de 2018, temia-se o eventual controle da China sobre o porto de Mombasa caso o Quênia incorresse na suspensão dos pagamentos de um passivo (Alonso, 2019). O mesmo receio começa a emergir em outros países que possuem elevados compromissos de difícil cobrança (Iêmen, Síria, Serra Leoa, Zimbábue) (Bradsher; Krauss, 2015).

Visões indulgentes

Outra corrente de autores que registra o papel inédito da China nos dias de hoje elogia a convergência com outros países e a transição virtuosa para um bloco multipolar. Expõe estes cenários com simples descrições dos desafios que o país enfrenta para manter seu rumo ascendente.

Mas estes retratos bem-aventurados omitem que a consolidação do capitalismo na China acentua todos os desequilíbrios já gerados pelas mercadorias excedentes e pelos capitais excedentes. Essas tensões acentuam, por sua vez, a desigualdade e a deterioração do meio ambiente. O desconhecimento destas contradições impede-nos de perceber como a estratégia defensiva internacional da China é minada pela pressão competitiva imposta pelo capitalismo.

A apresentação do país como “um império sem imperialismo” – que opera centrado em si mesmo – é um exemplo destas visões condescendentes. Postula que a nova potência oriental desenvolve um comportamento internacional respeitoso, de modo a não humilhar seus adversários ocidentais (Guigue, 2018). Mas esquece que essa convivência não é apenas corroída pelo assédio de Washington contra Pequim. A vigência na China de uma economia cada vez mais orientada para o lucro e para a exploração amplia esse conflito.

É verdade que o alcance atual do capitalismo é limitado pela presença reguladora do estado e pelas restrições oficiais à financeirização e ao neoliberalismo. Mas o país já sofre com os desequilíbrios impostos por um sistema de rivalidade e espoliação.

A crença de que no universo oriental rege uma “economia de mercado” – qualitativamente diferenciada do capitalismo e estranha às perturbações desse regime – é o equívoco duradouro semeado por um grande teórico do sistema mundial (Arrighi, 2007: capítulo 2). Esta interpretação omite que a China não escapará das consequências do capitalismo se consolidar a restauração inacabada desse sistema.

Outras visões inocentes sobre o desenvolvimento atual consideram frequentemente a política externa da China como “mundialização inclusiva”. Destacam o tom pacífico que caracteriza uma expansão baseada em negócios, e assentada em princípios de ganhos partilhados por todos os participantes. Essas apresentações realçam também a “aliança intercivilizacional” provocada pelo novo entrelaçamento global de nações e culturas.

Mas será possível forjar uma “mundialização inclusiva” no capitalismo? Como plasmar o princípio de ganhos mútuos, num sistema regido pela concorrência e pelo lucro?

Na verdade, a globalização implicou dramáticas brechas entre ganhadores e perdedores, com a conseqüente ampliação da desigualdade. A China não pode oferecer soluções mágicas para esta adversidade. Ao contrário, aumenta suas consequências ao expandir sua participação em processos econômicos regidos pela exploração e pelo lucro.

Até agora, conseguiu limitar os efeitos tempestuosos desta dinâmica, mas as classes dominantes e as elites neoliberais do país estão determinadas em ultrapassar todos os obstáculos. Pressionam para inserir Pequim nas crescentes assimetrias impostas pelo capitalismo global. Fechar os olhos para esta tendência implica um auto-ocultamento da realidade.

O próprio governo chinês elogia a globalização capitalista, exalta as cúpulas de Davos e enaltece as virtudes do livre-comércio com elogios vazios ao universalismo. Algumas versões tentam conciliar esta reivindicação com os princípios básicos da doutrina socialista. Afirmam que a Rota da Seda sintetiza as modalidades contemporâneas de expansão econômica, como ponderava em meados do século XIX o *Manifesto Comunista*.

Mas os críticos desta interpretação insólita lembraram que Marx nunca aplaudiu esse desenvolvimento (Lin Chun, 2019). Pelo contrário, ele denunciou suas terríveis consequências para as maiorias populares de todo o planeta. Com alquimias teóricas não se pode harmonizar o irreconciliável.

Controvérsias sobre a cooperação

Outra visão complacente do rumo atual destaca a componente de cooperação da política externa chinesa. Saliencia que esse país não é responsável pelas desventuras sofridas por seus clientes da periferia e ressalta o caráter genuíno do investimento impulsionado por Pequim. Recorda também que a pujança exportadora se baseia em incrementos da produtividade, que em si mesmos não afetam as economias relegadas (Lo Dic, 2016).

Mas esta idealização dos negócios omite o efeito objetivo da troca desigual, que marca todas as transações realizadas sob a égide do capitalismo mundial. A China capta excedentes das economias subdesenvolvidas pela própria dinâmica dessas transações. Obtém grandes lucros porque sua produtividade é superior à média desses clientes. O que é apresentado num tom ingênuo como um mérito peculiar da potência asiática é o princípio da desigualdade generalizada que prevalece no capitalismo.

Ao afirmar que “a China não prioriza” seus parceiros da América Latina ou da África, postula-se a responsabilidade exclusiva do sistema mundial por esse infortúnio. Omite-se que a participação protagonista da nova potência é um dado central do comércio internacional.

Sugerir que a China “não tem culpa” pelos efeitos gerais do capitalismo equivale a encobrir os lucros que obtêm as classes dominantes desse país. Esses setores lucram por meio do aumento ponderado da produtividade (com a utilização de mecanismos de exploração dos assalariados) e materializam esses lucros na troca com as economias atrasadas.

Ao elogiar uma expansão chinesa “mais assentada na produtividade do que na exploração” (Lo, Dez, 2018), omite-se que ambos os componentes retroalimentam o mesmo processo de apropriação do trabalho alheio.

A contraposição entre a louvada produtividade e a contestada exploração é típico da teoria econômica neoclássica. Essa concepção imagina a confluência no mercado de diferentes “fatores de produção”, omitindo que todos esses componentes se baseiam na mesma extração de mais-valia. Tal expropriação é a única fonte real de todos os lucros.

A mera reivindicação do perfil produtivo da China também costuma destacar o contrapeso que introduziu à primazia internacional da financeirização e do neoliberalismo (Lo Dic, 2018). Mas os limites interpostos ao primeiro processo (fluxos especulativos internacionais) não diluem o apoio dado ao segundo (atropelos capitalistas contra os trabalhadores).

A reintrodução do capitalismo na China foi o grande incentivo para a realocização das empresas e o consequente barateamento da força de trabalho. Essa mudança contribuiu para a recomposição da taxa de lucro nas últimas décadas. Para que o gigante asiático pudesse cumprir um papel eficaz de cooperação internacional, deveria adotar estratégias internas e externas de reversão do capitalismo.

Disjuntivas e cenários

A China deixou para trás sua antiga condição de território dilacerado por incursões estrangeiras. Já não atravessa a situação dramática que enfrentou nos últimos séculos. Confronta o agressor norte-americano de uma condição muito distante do desamparo predominante na periferia. Os estrategistas do Pentágono sabem que não podem tratar seu rival como o Panamá, Iraque ou Líbia.

Mas esse fortalecimento da soberania foi acompanhado pelo abandono das tradições anti-imperialistas. O regime pós-maoísta distanciou-se da política internacional radicalizada que patrocinava a Conferência de Bandung e o Movimento dos Não-Alinhados. Também enterrou qualquer gesto de solidariedade com as lutas populares no mundo.

Esta mudança é a outra face de sua cautela geopolítica internacional. A China evita conflitos com os Estados Unidos, sem interferir nos atropelos de Washington. A elite governante enterrou todos os vestígios de simpatia com as resistências ao principal opressor do planeta.

Mas essa alteração enfrenta os mesmos limites que a restauração e o salto para um estatuto internacional dominante. Está sujeita à disputa não resolvida pelo futuro interno do país. O rumo capitalista promovido pelos neoliberais tem consequências pró-imperialistas tão fortes como o rumo anti-imperialista promovido pela esquerda. O conflito com os Estados Unidos terá um impacto direto nessas definições.

Quais são os cenários que se vislumbram na luta com o concorrente norte-americano? A hipótese de uma distensão (e consequente reintegração de ambas as potências) foi diluída. Os sinais de uma luta duradoura são esmagadores e desmentem os diagnósticos da assimilação da China à ordem neoliberal como parceiro dos Estados Unidos que alguns autores postularam (Hung, Ho-fung, 2015).

O contexto atual também dissipa as esperanças na gestação de uma classe capitalista transnacional com membros chineses e estadunidenses. A escolha asiática de um rumo diferenciado do neoliberalismo não é a única razão deste divórcio (Robinson, 2017). A associação “chinamérica” – antes da crise de 2008 – tampouco incluía amálgamas entre classes dominantes ou esboços do surgimento de um estado partilhado.

A curto prazo, verifica-se a forte ascensão da China diante de um evidente retrocesso dos Estados Unidos. O gigante oriental está ganhando a disputa em todos os setores e sua

recente gestão da pandemia confirmou este resultado. Pequim conseguiu controlar rapidamente o alcance da infecção, enquanto Washington enfrentou um transbordamento que colocou o país no topo do número de mortos.

A potência asiática também destacou-se por suas ajudas sanitárias internacionais, diante de um rival que exibiu um egoísmo arrepiante. A economia asiática já retomou sua elevada taxa de crescimento, enquanto sua contraparte americana está lidando com uma recuperação duvidosa do nível de atividade. A derrota eleitoral de Trump coroou o fracasso de todas as operações estadunidenses para submeter a China.

Mas o cenário a médio prazo é mais incerto e os recursos militares, tecnológicos e financeiros que conserva o imperialismo norte-americano tornam impossível antecipar quem sairá vitorioso da confrontação.

Em termos gerais, poderiam ser previstos três cenários diferentes. Se os Estados Unidos vencerem a queda de braços, poderiam começar a reconstituir sua liderança imperial, subordinando seus parceiros asiáticos e europeus. Se, por outro lado, a China obtiver êxito com uma estratégia capitalista de livre-comércio, consolidaria sua transformação numa potência imperial.

Mas uma vitória do gigante oriental alcançada num contexto de rebeliões populares modificaria completamente o cenário internacional. Esse triunfo poderia induzir a China a retomar sua posição anti-imperialista, num processo de renovação socialista. O perfil do imperialismo no século XXI é decidido em torno destas três possibilidades.

***Claudio Katz é professor de economia na Universidad Buenos Aires. Autor, entre outros livros, de Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo (Expressão Popular).**

Tradução: Fernando Lima das Neves.

Referências

-Alonso, Pedro (2019). China en África, ¿un nuevo imperialismo? 14/06
<https://www.lavanguardia.com/politica/20190614/462860235541/>

-Arrighi, Giovanni (2007). *Adam Smith en Pekín*, Akal, Madrid.

-Au Loong Yu (2018), Debate sobre la naturaleza del estado chino,
<https://portaldelaizquierda.com/05>

-Bradsher, Keith; Krauss, Clifford (2015) China amplía su poder y hace sentir su peso Con nuevas inversiones y exigencias, inicia una política más agresiva
<http://editorialrn.com.ar/index.php?>

- Bustos, Nadia (2020). En las grandes ligas. El lugar de China en la política mundial. *El Aromo* n 109 26 en <https://razonyrevolucion.org>
- Chingo, Juan (2021). La ubicación de China en la jerarquía del capitalismo global, 24 en <https://www.laizquierdadiario.com>
- El Lince (2020), ¿“Capitalismo sui generis versus socialismo con características chinas”? 9 oct, <https://canarias-semanal.org/art/28783/>
- Guigue, Bruno (2018), El socialismo chino y el mito del fin de la historia, 29-11-
<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=249582>
- Hart-Landsbergs, Martin (2018). “Una estrategia defectuosa”: Una mirada crítica a la iniciativa China del cinturón y la ruta de la seda, <http://www.sinpermiso.info/textos>
- Hung, Ho-fung (2015). China and the lingering Pax Americana, BRICS An Anti-Capitalist Critique. Haymarket, Chicago.
- Katz, Claudio (2021). Estados Unidos y China: una puja entre potencias disimiles 19-4-2021, www.lahaine.org/katz
- King, Sam (2014). Lenin’s theory of imperialism: a defence of its relevance in the 21st century, *Marxist Left Review* n 8,
- Lenin, Vladimir (2006). *El imperialismo, fase superior del capitalismo*, Quadrata, Buenos Aires.
- Lin, Chun (2019). China’s new globalization **Vol 55: Socialist Register 2019: A World Turned Upside Down?** <https://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/30939>
- Lo, Dic (2016) Developing or Under-developing? Implications of China’s ‘Going out’ for Late Development, *SOAS Department of Economics Working Paper*, No. 198, London: SOAS, University of London.
- Lo, Dic (2018). Perspectives on China’s Systematic Impact on Late Industrialization: A Critical Appraisal SOAS University of London July
- Mercatante, Esteban (2020). Desarrollo desigual e imperialismo hoy: una discusión con David Harvey, 30-08 <https://www.laizquierdadiario.com>
- Ramírez, Sebastián (2020). Más sobre el carácter de China 05 de diciembre <https://pcr.org.ar/nota/mas-sobre-el-caracter-de-china/>

-Robinson, William (2017). I China and Trumpism: The Political Contradictions of Global 14 feb. <https://www.telesurtv.net>

-Rousset, Pierre (2018). Geopolítica china: continuidades, inflexiones, incertidumbres, 25/07/ <https://vientosur.info/spip.php?article14038>

-Svampa Maristella, (2013), “El consenso de commodities y lenguajes de valoración en América Latina”, www.iade.org.ar, 02/05.

-Turner, N. B (2014). *Is China an Imperialist Country? Considerations and Evidence* March 20, <https://redstarpublishers.org/>

UA-148478982-1